

Democracia no Brasil é para negros?

» DENNIS DE OLIVEIRA
Professor de jornalismo da ECA/USP e escritor

O golpe militar de 1964 completou 60 anos. Instituiu uma ditadura por 21 anos, só encerrada com a transição de acordos que culminaram com a eleição de Tancredo Neves por via indireta em 1985. A Constituição promulgada em 1988 legitimou de vez o arranjo institucional democrático que vigora até hoje.

Entre o fim de 2022 e início de 2023, o Brasil viveu na iminência de um novo golpe de Estado com a ação de grupos defensores do ex-presidente Jair Bolsonaro que tentaram derrubar o governo recém-eleito. As instituições agiram e estão agindo para punir os que tentaram esta aventura.

Esses dois fatos relatados são a base para um momento em que a “defesa da democracia” como um valor universal no Brasil ganha corpo no debate público contemporâneo. Ampliando um pouco mais, observa-se que há um nítido crescimento de forças autoritárias em todo o mundo — partidos de inspiração nazifascista ganhando eleições em nações europeias (e até na vizinha Argentina), medidas autoritárias sendo aprovadas em Parlamntos etc.

O que falta refletir em um país como o Brasil é se uma defesa abstrata da democracia é suficiente. Isso porque o que se observa é que essas ideias extremistas têm apoio em parcelas significativas da sociedade. E é um erro considerar que tal apoio decorre unicamente de “ignorância”, “disseminação de fake news” ou “ausência de uma consciência democrática”. A pergunta é: até que ponto esta “democracia” tem um significado substantivo na vida das pessoas?

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 45,3% da sua população autodeclarada como “parda”; 43,5% como brancos, 10,4% pretos, 0,8% indígenas e 0,4% amarelos. A Câmara dos Deputados — cuja composição dá-se por eleição proporcional — tem entre seus membros 72% de brancos, 20,8% de pardos, 5,2% de pretos, 0,9% de indígenas e 0,6% de amarelos. O Supremo Tribunal Federal não tem nenhum ministro negro. Isso apesar de, segundo o TSE, nas eleições de 2022, o número de candidaturas pretas e pardas ter sido aproximadamente 47%.

Por outro lado, as estatísticas mudam quando se trata da população encarcerada. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, 68% da população carcerária no Brasil era composta por negros (pretos e pardos) contra 30,4% de brancos. O Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) aponta que 65% dos mortos pela polícia em 2022 eram pessoas negras. A Polícia Militar da Bahia, estado com o maior percentual de pessoas negras, foi a que mais matou civis em 2022: 1.465, com 95% deles sendo negros (a população negra



no estado é de 80%).

Assim, a “democracia” brasileira construiu perversamente um sistema representativo “branco”, com correspondente criminalização do “ser negro”, que ultrapassa a própria composição da população. Pode-se dizer que a maioria é criminalizada e perseguida pelas estruturas de segurança pública e uma minoria é representada nos aparelhos institucionais.

Tal distorção segue em paralelo com a trágica coincidência de agendas no período da redemocratização do Brasil. No fim dos anos 1980, ao mesmo tempo em que a democracia ia sendo reconstruída no país, avançava um novo ordenamento socioeconômico no capitalismo mundial, o neoliberalismo, que aprofundou a concentração de renda, instituiu relações de trabalho precarizadas, ampliou a subordinação da economia nacional ao circuito global do capitalismo. Por isso, a Constituição de 1988, desde a sua promulgação, vem sendo vilipendiada, alterada, modificada na maior parte das vezes com a remoção

ou limitação de direitos sociais.

O Brasil passou quase 2/3 da sua existência com a vigência da escravidão de negras e negros. A abolição de 13 de maio de 1888 não foi acompanhada de mudanças significativas que permitissem a inserção plena da população negra. E, nos dias atuais, em que se busca defender a “democracia”, esses gargalos persistem. Quem mora na periferia está acostumado a ver invasões de domicílios sem mandado judicial, prisões ilegais, execuções por parte de forças policiais. Um congresso majoritariamente branco e elitista discute medidas que querem recrudescer ainda mais o sistema punitivista que, como os dados mostram, tem como alvo prioritário a população negra. É preciso entender que democracia não pode se limitar a mecanismos procedimentais e formais. Se assim for, fará pouco sentido para a população negra e periférica. Daí, não é de se espantar que escapas autoritários se apresentem como alternativa e ganhem apoio.

O exercício do diálogo virtuoso

» ISAAC ROITMAN
Professor emérito da Universidade de Brasília, pesquisador emérito do CNPq, membro da Academia Brasileira de Ciência

Vivemos um momento estranho, em que o fanatismo é uma grande barreira para o entendimento entre seres humanos. A agressividade predomina nos discursos políticos e em muitos ambientes do cotidiano. Programas de televisão que mostram a violência, ganham grandes audiências, provocando insegurança e medo de sair de casa. A violência é uma doença social que se espalha rapidamente.

Na construção de uma sociedade justa, fraterna e humana, necessitamos acima de tudo, de diálogo. O diálogo saudável não pode oferecer espaço para o ódio, vinganças, oportunismo e mentiras. O diálogo civilizado qualifica a capacidade humana de se dirigir ao próximo, respeitando as diversidades das ideias e pensamentos. Martin Buber considera três tipos de diálogos: o autêntico, o técnico e o monólogo disfarçado de diálogo.

O primeiro tipo, o diálogo autêntico, confunde-se com a relação “eu e tu” e pode realizar-se de forma falada ou silenciosa, em que há a reciprocidade, a presença e aceitação no momento do encontro. Nesse momento presente, cada um dos participantes tem de fato em mente o outro ou os outros na sua presença e no seu modo de ser e a eles se volta com a intenção de estabelecer entre eles e si próprio uma reciprocidade viva.

O segundo tipo, o diálogo técnico, tem a função de comunicar algo, de ensinar ou aprender algo, influenciar e convencer alguém de algo, entrar em contato com alguém.

Os atores sociais estão envolvidos em cumprir tarefas — o professor de ensinar certo conteúdo, o aluno de aprender, o garçom de servir, o comerciante de vender um produto, o cliente de comprar — específicas em função de seus papéis sociais assumidos durante o relacionamento. O terceiro tipo, o monólogo disfarçado de diálogo, acontece quando expressa o desinteresse, a banalização e a desconsideração do outro.

Uma iniciativa recente, decorrente de uma parceria da União Planetária com a Universidade de Brasília, por meio do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam), abre um espaço importante para o exercício de um diálogo virtuoso no Distrito Federal. Essa parceria lançou o projeto Tribuna Livre pela Paz. Ele foi inspirado na “Speakers Corner” (esquina dos palestrantes). O mais antigo, iniciado em 1886, é o do “Hyde Park”, em Londres. Nesse espaço, que existe até hoje, os oradores podem falar e debater qualquer assunto baseado no direito da liberdade de expressão. Quando os ânimos se exaltam, a polícia interfere. Vários pensadores, como Karl Marx e George Orwell, participavam desses eventos que se realizavam aos domingos. Os princípios da iniciativa inglesa são também os pilares do projeto Tribuna Livre para a Paz onde qualquer pessoa possa falar sobre qualquer assunto e ser questionada pelos participantes, dentro de um comportamento ético e civilizado.

Os eventos do projeto serão realizados

semanalmente — nas segundas-feiras — às 17hs no Memorial Darcy Ribeiro (Beijodromo) da Universidade de Brasília (campus da Asa Norte). Os participantes dos debates não se limitaram à comunidade universitária, pois o evento estará aberto à toda sociedade brasileira. Todos serão bem-vindos e terão a oportunidade de introduzir temas de interesse da sociedade. O projeto terá uma dimensão educativa, pois proporcionará o exercício de um diálogo virtuoso em um ambiente onde o respeito à diversidade de ideias prevalecerá.

Na sessão inaugural do projeto, um dos temas discutidos foi a grande dificuldade dos trabalhadores do Distrito Federal de chegarem bem cedo ao trabalho e as dificuldades de retornarem às suas casas, devido à precariedade dos transportes públicos, principalmente os ônibus atrasados e lotados nas horas de pico. Essa realidade existe a décadas, sem soluções adequadas em sucessivos governos.

O Tribuna Livre pela Paz será um espaço de diálogo aberto e inclusivo, para a expressão de ideias construtivas sobre assuntos de interesse da sociedade. Essa iniciativa poderá ser expandida para todo o Brasil e certamente contribuirá para a conquista da paz interior de cada ser humano e para a paz social onde possamos mitigar e eliminar a vergonhosa desigualdade social do Brasil. É pertinente lembrar o pensamento de Albert Einstein: “A paz não pode ser mantida à força. Somente pode ser atingida pelo entendimento”.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O amanhã em nossas mãos

Num futuro, não muito distante, as gerações que deverão ocupar o comando do país vão encontrar pela frente desafios jamais imaginados, nem mesmo pelos mais inspirados contos de ficção científica. Serão problemas legados por nós, ou, mais precisamente, por nossa incúria e desleixo com o trato do meio ambiente. O impacto humano causado por nossas atividades agrícolas intensivas, pela mineração sem controle, feita, na maioria das vezes por empresas estrangeiras que agem sem o menor sentido ético, as queimadas indiscriminadas e a derrubada das matas nativas, que continuam em ritmo acelerado, a destruição contumaz de nascentes e rios, a poluição dos oceanos e uma série de outras atividades manifestamente predatórias, visando o lucro acima de tudo e de todos, sempre cobram um preço.

Esse terá que ser pago pelas próximas gerações, sob pena de ter de abandonar o próprio planeta para sobreviver. Esse cenário catastrófico, produzido por nós agora, é agravado ainda pelas mudanças climáticas, que começam a tornar o planeta um lugar ainda mais inóspito para a vida humana.

A cada ano, os cientistas que se dedicam a pesquisar cenários futuros para nosso planeta, diante da intensa atividade humana no último século, vão apresentando estudos que alertam para a necessidade urgente de mudanças de rumos e paradigmas, sem as quais, simplesmente, não haverá futuro para ninguém.

Depois dos alertas feitos sobre as mudanças climáticas, mostrando um mundo revolto e cada vez mais avesso à vida humana, apresentado pelos painéis internacionais sobre o assunto e avalizado pelos maiores e mais respeitados cientistas atuais, chega a vez de um outro relatório, também assustador, que aponta para dias difíceis à frente para a humanidade, caso não se revertam antigos procedimentos de exploração do planeta.

Há cinco anos, foi apresentado pela Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistema (IPBES) das Nações Unidas, relatório alertando para a extinção iminente de um milhão de espécies de animais e plantas em todo o mundo. O estudo, feito ao longo de mais de três anos, e que contou com a participação de 145 cientistas de 50 países, mostrou que a natureza, como a conhecemos hoje, está encolhendo globalmente num ritmo rápido sem precedentes na história da humanidade.

Durante esse tempo, foram revisados mais de 15 mil pesquisas científicas e outras diversas informações governamentais que dão conta de que mais de 40% das espécies de anfíbios, quase 30% dos corais que formam recifes e mais de um terço de todos os mamíferos marinhos estão seriamente ameaçados de extinção nos próximos anos. Desde 1900, diz o relatório, 20% da diversidade de espécies nativas, nos principais habitats terrestres, vêm diminuindo. Ao mesmo tempo, houve um aumento de mais de 75% das áreas urbanas.

Com isso os recursos hídricos têm diminuído de forma sensível, sendo que 75% da água doce, hoje, são, consumidos pela agropecuária e por outras indústrias. Todas essas perdas, apontam os cientistas, foram ocasionadas pela atividade humana e decorrem diretamente do modelo de desenvolvimento econômico que temos adotado desde a Revolução Industrial e torna-se, agora, uma séria ameaça ao bem-estar do próprio homem.

O mais preocupante é que, dos cinco fatores apontados pelos cientistas e que nos levaram à essa situação alarmante, quais sejam as mudanças na forma de uso da terra e do mar, exploração de fontes naturais, mudanças climáticas, poluição e espécies invasoras, todas são praticadas e vistas por aqui, o que eleva, ao máximo, nossa responsabilidade nessa questão.

» A frase que foi pronunciada:

“Tal como a poluição atmosférica, o risco de inundações é uma ameaça contra a qual o governo deveria proteger-nos.”

Barry Gardiner

Cuidados

» Passou da hora de uma manutenção no Parque Olhos d'Água. Galhos caídos, focos de água e mato alto invadindo as pistas dos pedestres.

Até hoje

» Por falar em parque, não há um parque público infantil bem montado no Lago Norte.

Muito triste

» Com a aproximação do frio em Brasília, torna-se preocupante a situação dos moradores sem teto. Pouca ou nenhuma assistência. Crianças descalças, sacrifício para buscar água e barracos paupérrimos brotando por toda parte.

Solidariedade 1

» Leonardo Silva, guia turístico em Gramado, no Rio Grande do Sul, que já atendeu centenas de visitantes de Brasília, posta no Instagram toda a ação que tem feito para socorrer as vítimas vizinhas. Veja mais detalhes no *Blog do Ari Cunha*.

Solidariedade 2

» As fotos da Liga do Bem, no Senado Federal, são de impressionar. Todos ajudando a organizar toneladas de doações que serão enviadas para as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. Veja também no *Blog do Ari Cunha*.

» História de Brasília

Decidido na Câmara: não haverá eleições em Brasília. Medida honesta e de interesse público. Os candidatos (poucos e bons) já se atiravam sobre os eleitores prejudicando a cidade, e deputados de outros Estados, com a mosca azul de Taguatinga viram seus castelos ruírem. (Publicada em 8/4/1962)